

## Mobilidade no contexto rural

Gisele da S. Regis Oliveira<sup>1</sup>, Maria Helena Bonilla<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia (UFBA)  
Caixa Postal: 40110-100-Salvador-BA-Brasil

<sup>2</sup>Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia (UFBA)  
Caixa Postal: 40110-100-Salvador-BA-Brasil

giseleregis20@gmail.com, bonillabr@gmail.com

**Abstract:** The context of mobility has strengthened by the increase in mobile digital technologies and wireless connections. However, when this concept it is discussed and theorized, authors analyze it as an essentially urban phenomenon. The latter denies the possibility of building on the mobile scenario which is dominated by instantaneous communication and production of knowledge in both urban and rural areas. Therefore, this article seeks to address mobility in a broader dimension that is not restricted only to the urban perimeter, but encompasses the plurality of ways of being and living of rural spaces.

**Resumo:** O contexto da mobilidade se potencializa a partir da ascensão das tecnologias digitais móveis e das conexões sem fio. Contudo, quando se trata de teorizar e discutir acerca deste conceito, os autores o tratam como um fenômeno essencialmente urbano, negando assim a possibilidade de construção deste cenário móvel que prima pela comunicação instantânea e produção de conhecimento, também nos espaços rurais. Logo, este artigo busca abordar a mobilidade em uma dimensão mais ampla que não se restringe apenas ao perímetro urbano, mas que abarca a pluralidade de modos de ser e viver dos espaços rurais.

### 1. Introdução

Vivenciamos um cenário de transformações intensas e velozes que se dão nos âmbitos mais diversos da vida humana: nas relações sociais, econômicas, políticas, culturais, comunicacionais e educativas. Esse contexto tornou-se possível graças ao desenvolvimento tecnológico, em especial às tecnologias da informação e comunicação que modificaram radicalmente a maneira como nos comunicamos, produzimos e construímos conhecimentos.

A figura passiva do telespectador inerte frente a tela está cada vez mais obsoleta, visto que não dependemos mais de um centro emissor de informações, pois estas estão em rede sendo criadas e produzidas por empresas, grupos, coletivos culturais e também individualmente pelo cidadão comum. O acontecer mundial, dos lugares e do Outro, é plenamente acessível a todos que possuem a conexão, independente do tempo e lugar nos quais se situem. Esta perspectiva nos apresenta a possibilidade do encontro, da comunicação imediata e fluída, mesmo que estejamos fisicamente dispersos, o que transcende e aniquila as barreiras espaço-temporais.



A fim de experienciarmos essa conjuntura em suas incontáveis potencialidades foi fundamental o desprendimento dos cabos, dos equipamentos fixos, os quais restringiam e limitavam nosso acesso a apenas um determinado espaço. Para estar conectado, deveríamos nos deslocar a um local específico, sentar-nos frente à tela do computador e ao levantar-nos dali não estaríamos mais em rede. Surgem, então, dispositivos móveis e portáteis, os quais nos permitem estar com os aparelhos em todo e qualquer lugar, através de equipamentos miniaturizados, os quais propiciam o fácil trânsito dos aparatos e dos corpos entre os tempos e espaços. Esse quadro que prevê a ampla movimentação e locomoção adquire um valor vital na sociedade contemporânea, por podermos estar conectados a qualquer momento e lugar por meio de dispositivos que se integram à vida cotidiana, ampliando nossa memória, capacidade de armazenamento da informação, agrupando e convergindo em um mesmo aparato inúmeras funções que antes eram executadas por diferentes suportes.

Contudo, ao discutir sobre mobilidade, alguns autores, a exemplo de Lemos (2009), a tratam como um fenômeno característico unicamente das cidades, como se a mobilidade fosse inerente ao urbano, excluindo, assim, outras culturas e formas de organizar a vida, que se desenvolvem nos espaços rurais, nas florestas, nas comunidades ribeirinhas, o que perpetua o esteriótipo do campo como “primitivo” frente ao urbano, este em constante progresso. Embora os índices da aquisição e uso de tecnologias móveis, no campo, ainda sejam inferiores, comparados com as cidades, não se pode negar que há um crescimento da posse dessas tecnologias nos contextos rurais, especialmente do celular, que vem sendo um dos principais dispositivos para acesso à internet pelos camponeses, conforme aponta os dados do Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI:

[...]60% da população urbana é usuária de Internet no celular, na área rural essa proporção reduz-se a menos da metade (32%), embora seja possível observar um crescimento expressivo deste indicador em ambas as áreas desde 2013. [CGI 2015, p.151]

Os dados apontam o aumento do número de usuários da internet nas zonas rurais e destaca o celular como a tecnologia móvel mais usada pelos povos do campo pelas suas múltiplas funcionalidades, além disso, nas regiões rurais, 56% das pessoas que têm acesso à internet a utilizam apenas pelo celular. [CGI 2015, p.30]. Nesse sentido, é crucial promover o debate da mobilidade dentro de uma perspectiva que não se limita ao espaço urbano, abarcando a pluralidade de culturas que se desenvolvem nos ambientes rurais. A diversidade é marca da existência humana; inclusive, dentro das próprias zonas urbanas existem heterogeneidades e contrastes, tais como centros/periferias, grandes metrópoles/pequenas cidades, o que nos leva a uma multiplicidade de contextos, culturas e indivíduos que acessam as TIC de diferentes formas e maneiras, cuja conceituação da mobilidade como cultura unicamente dos modelos idealizados das cidades consideradas “desenvolvidas” não abarca. O campo, as zonas rurais, são também espaço peculiares, nos quais, através do acesso às tecnologias móveis, são produzidas e vivenciadas diferentes culturas e identidades.

Logo, faz-se necessário avançar na compreensão da mobilidade para além das fronteiras que demarcam as cidades, o urbano e que reforça um discurso que coloca o rural na condição de não lugar do progresso, da cultura, do acesso às tecnologias, bem como uma área fadada à extinção frente ao desenvolvimento capitalista, passando a vê-lo, então, como um espaço propício para a produção de conhecimentos, saberes e fazeres que, com o suporte das tecnologias móveis, podem ser potencializados. Assim,



este artigo tem como objetivo discutir a mobilidade em uma dimensão mais ampla, que avança e supera a perspectiva urbanocêntrica, de forma que os povos do campo, os moradores das zonas rurais possam ser também protagonista dessa cultura móvel.

## 2. O contexto rural brasileiro

Um das marcas fundamentais que configuram os povos do campo é a pluralidade de culturas, raça, etnia, de uso e ocupação dos seus territórios. O campesinato é formado por “sujeitos sociais históricos que se forjaram culturalmente numa íntima relação familiar, comunitária e com a natureza, demarcando territorialidades” [Tardin 2012, p. 181]. Embora as populações rurais sejam diversas culturalmente, suas trajetórias de luta contra a subalternização, a busca do reconhecimento de suas identidades e dos direitos à terra, saúde, educação e moradia os aproxima e os une enquanto povos das zonas rurais. Logo, é na relação com a natureza e a terra que o camponês produz e reproduz sua cultura e seus modos de vida, bem como seu sustento. Na esfera legal, o Decreto nº 7.352, de 4 de Novembro de 2010, identifica como povos do campo:

[...] os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural [Brasil 2010a]

Assim, o campo brasileiro é composto por inúmeros povos, culturas e contextos de vida que se consolidaram e resistiram ao longo da história, a partir do processo de colonização e também de exploração e expropriação, são culturas que possuem um legado de resistência na manutenção e perpetuação de suas tradições, as quais foram, no transcurso histórico, negadas e marginalizadas.

Em paralelo a isso, observa-se que o intenso crescimento das paisagens urbanas e a ideia de progresso e modernização das cidades perpetuaram no ideário social inúmeros preconceitos e estereótipos que se configuram no entendimento do homem camponês como primitivo; estas perspectivas declaram ainda o fim do rural através do crescimento civilizatório. Emergem, nesse contexto, conflitos e dualidades no cenário político e econômico que vão implicar em disputas e correlação de forças entre os movimentos sociais do campo que prezam pela posse da terra, pela agricultura familiar, pelo direito de produzir e reproduzir seus modos de vida, culturas, e o Estado, com seus interesses capitalistas que intencionam somente o lucro e a exploração da terra para o mercado consumidor.

Portanto, ao mesmo tempo em que se apregoa o fim do rural, expande-se o número de camponeses que se integram cada vez mais aos movimentos de luta pela terra: “a modernização da agricultura capitalista aumentou a produtividade e o desemprego. Esse fato aumentou o número de trabalhadores sem - terra que engrossam os movimentos sociais” [Fernandes 1999, p.44]. Neste sentido, Miguel Arroyo (2014, p.09) relata que a virada do século XX passou a representar um momento de acentuadas lutas na arena política a partir da tomada de consciência dos diversos coletivos culturais, entre eles, as populações camponesas que passam a requerer políticas afirmativas em detrimento das compensatórias, que os vê como carentes ou apenas meros destinatários de políticas individualistas que incluem apenas poucos indivíduos enquanto os coletivos continuam marginalizados. [Arroyo 2014]. No entanto, necessitamos enxergar essas



relações para além da dicotomia campo X cidade, visto que vivemos em um mundo globalizado em que mundo e lugar se interligam, se cruzam e interagem entre si,

[...] Nesta perspectiva, o campo e a cidade não mais se dicotomizam no tocante às suas culturas, antes, são marcados por realidades distintas, mas não opostas, peculiares em sua diversidade cultural, mas que se imbricam em um contexto no qual as culturas são híbridas, criam-se e recriam-se e dialogam entre si. Desta maneira, a circulação campo cidade se intensifica, e determinadas ações se tornam homogenizadas e comuns tanto ao campo, quanto à cidade, como, por exemplo, assistir televisão, usar tendências da moda. [Regis 2015, p.10]

Assim, o campo não é um espaço abstrato, isolado do resto do planeta, pois o mundo é global, mas suas ações se dão nos lugares [Santos 2006]; mesmo um agricultor residente em uma zona distante geograficamente dos centros urbanos, sem energia elétrica ou internet, vai sofrer, por exemplo, as influências dos mercados internacionais que aumentam ou reduzem os preços dos produtos que ele cultiva.

Além disso, o espaço rural não é, necessariamente, na fase atual, o local somente da produção agrícola, existem novas relações que estão se desenvolvendo nesse cenário que promovem uma maior integração entre o urbano e o rural, como por exemplo, pessoas que residem na área rural e trabalham nas cidades, bem como a entrada nos espaços rurais dos mais distintos setores da economia, como o turismo, lazer, comércio, que têm reconfigurado o perfil do camponês, não que ocorra o fim das atividades agrícolas, mas sim novas possibilidades de renda para a população do campo. [Silva 2002]

Logo, ao pensarmos no campo, não podemos anular o contexto global que interfere, molda e é moldado pelo local, e as tecnologias da informação e comunicação são fundantes nesse par global e local, pois estas têm transformado as relações econômicas e sociais, possibilitando a comunicação fluída e em larga escala de todos para todos, independente do seu ponto de acesso. As tecnologias digitais, em especial, as móveis (celulares e smartphones) são a marca principal dessa dinâmica, principalmente por seu poder de penetrabilidade cada vez maior nos espaços rurais, pois a partir da conexão ofertada pelos planos de serviços das operadoras, é possível estar conectado e dialogar com o mundo em sua arquitetura global. Nesse ínterim, precisamos investir na compreensão dessas dinâmicas, interações, movimentações e reconfigurações que a mobilidade pode trazer para os espaços rurais.

### **3. Políticas públicas e construção da mobilidade no cenário rural**

No Brasil, têm ocorrido algumas ações no sentido de oferecer as tecnologias digitais e a conexão de banda larga às populações do campo, algumas dessas partem da oferta de tecnologias às escolas do campo. Essas iniciativas se intensificaram com a chegada à presidência de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), cujo governo passou a adotar uma série de medidas tendo em vista possibilitar às camadas populares o acesso às tecnologias digitais. O Decreto de nº 4733, de 10 de junho de 2003, que dispõe sobre a política de telecomunicações é um marco desse processo, ao prever o acesso de todos os cidadãos à rede mundial de computadores atendendo inclusive aos moradores da zona rural.



Dentro dessas iniciativas de oferta de conexão foi criado, em 2010, o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), o qual tem por objetivo massificar a oferta de conexão por todo o Brasil. Uma das principais metas do plano era “elevar a quantidade de acessos banda larga para cerca de 30 milhões fixos e de aproximadamente 60 milhões de acessos móveis, até 2014, totalizando 90 milhões de acessos banda larga” [Brasil 2010b], tanto para as regiões urbanas, quanto rurais. O plano foi lançado no fim do mandato do presidente Lula e, com a sua saída e a entrada do governo da presidente Dilma Rousseff, o PNBL assiste a um processo de desmonte, de forma que poucas de suas ações foram efetivadas. Mesmo assim, de acordo com dados do Ministério das Comunicações [Brasil 2014], houve um crescimento no número de conexão móvel, que de 38,6 milhões em 2011, passou para 123,6 milhões em 2014, como também a banda fixa teve um aumento significativo passando a 23,5 milhões, um valor expressivo, mas insuficiente visto que a meta era 30 milhões. Embora tenha ocorrido um avanço em relação à conexão, esta ainda não abarca a totalidade do país, por outro lado, os dados do Ministério das Comunicações, responsável por divulgar os resultados do PNBL, não deixam claro quantos lares ou estabelecimentos localizados nas zonas rurais foram beneficiados com as ações do plano. Outra questão controversa, a qual levou o Governo Dilma Rousseff a ser alvo de duras críticas dos diversos setores da sociedade civil organizada, foi o fato de, em seu mandato, o plano ser entregue à iniciativa privada e as grandes empresas passaram a ter o poder sobre o oferecimento de conexão, desresponsabilizando assim os órgãos públicos pela oferta deste serviço.

[...]Um dos princípios deste PNBL é o estímulo ao setor privado para que este invista na infraestrutura de banda larga, em regime de competição, cabendo ao Estado atuar de forma complementar, focalizando seus investimentos diretos, principalmente em acessos coletivos e em contextos de redução das desigualdades regionais e sociais. [Brasil 2010b, p.10]

Ainda em relação às ações que visam a garantia de conexão para os moradores das zonas rurais, tem-se o programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac), criado através da Portaria nº. 256, de 13 de março de 2002, o qual visa oferecer gratuitamente conexão à internet, por via terrestre e satélite aos telecentros, escolas, unidades de saúde, aldeias e quilombos. O Gesac é destinado ao atendimento de comunidades em estado de vulnerabilidade social em todo o Brasil. Em 2007 foram atendidos cerca de 2.100 municípios, com mais de 3.400 pontos de presença instalados em instituições públicas e de ensino e entidades da sociedade civil sem fins lucrativos, já em 2010 foram distribuídos 10.837 pontos do Gesac, e em 2014 foram 6.898 pontos [Bonilla; Ferreira; Oliveira, 2015]. No entanto, estes valores ainda não atendem a demanda de conexão da população rural e, em relação às escolas do campo, os dados não deixam especificado quantas delas foram contempladas pelo programa.

Além do Gesac, têm crescido no campo brasileiro as conexões via 3 e 4 G. A conexão 3G começou a ser utilizada a partir de 2004 e permite o acesso e compartilhamento de vídeos, áudios, imagens, a troca de mensagens. Embora este tipo de conexão seja ainda muito presente no Brasil, nota-se que têm ocorrido uma diminuição de sua oferta no país. De acordo com a Anatel, o 3G “ainda é a tecnologia dominante do País, com 138,709 milhões de linhas. Mas na soma de 12 meses, a terceira geração já mostrou uma redução de 14,29% na base.” [Teleco 2017] Quanto ao





4G, esse tipo de conexão se assemelha ao 3G, mas sua diferença reside essencialmente na velocidade de conexão, que é mais alta, permitindo um maior tráfego de dados. A Anatel relata que em 2014 sua cobertura já alcançava 147 Municípios, sendo 23 Capitais e Distrito Federal, alcançando assim 41,8% da população. [Amaral 2016].

Ainda em relação ao 4G, em Junho de 2012 o governo abriu licitação por faixa de radiofrequência na qual as operadoras concorriam através de um leilão para o oferecimento de conexões em 2,5 GHz, 450 MHz e 700 MHz. A faixa de 450 MHz, destinada à oferta de serviços de telefonia móvel para as áreas rurais não foi adquirida por nenhuma das operadoras, logo, as vencedoras da faixa de 2,5 GHz ficaram responsáveis por prestar esse serviço [Brasil 2012], ou seja, ficaram incumbidas de oferecer, até 2014, conexão para as zonas rurais. De acordo com a Anatel, o previsto era que até 31 de dezembro de 2015 as áreas rurais até 30 km da sede de todos os municípios brasileiros teriam cobertura na faixa de 450 MHz, com serviços de voz e dados [Anatel 2012]. O principal objetivo da licitação foi o atendimento a alta demanda por conexão do país, oferecendo infraestrutura adequada à realização de dois eventos internacionais: Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016 [Anatel 2012]. Esta licitação permitiu que cada vez mais as populações rurais tenham acesso à conexão; são ações ainda pontuais, mas que sinalizam a crescente penetração das redes e consequentemente dos dispositivos móveis no cenário campesino, permitindo assim que haja a construção da mobilidade rural.

#### 4. Perspectivas sobre a mobilidade

A mobilidade é inerente ao ser humano, faz parte da sua história e cultura até mesmo quando não se tinha a mínima ideia do posterior surgimento das tecnologias digitais. Este termo tem sido empregado em algumas áreas do conhecimento, tais como a sociologia, antropologia, geografia, a fim de conceituar o trânsito, o deslocamento de pessoas, objetos, matéria e também de informações.

Em se tratando das tecnologias da informação e comunicação, o emprego do termo mobilidade visa, sobretudo, clarificar a mudança das tecnologias fixas, da era dos computadores pessoais e conexões cabeadas, para o desprendimento do fios, com aparatos miniaturizados e portáteis que permitem a livre circulação dos sujeitos portando seus dispositivos. Cordeiro afirma que a mobilidade

[...] nasce da revolução digital, da miniaturização de aparelhos e sua conectividade com redes de comunicação, que possibilitam misturar o ciber com o físico, criando um ambiente de tecnologia semântica e cognitiva, que começa a remodelar as nossas formas de fazer, criar, pensar e relacionar em nossa vida cotidiana, no trabalho, no lar, no lazer, na educação ou em qualquer espaço que possamos habitar [Cordeiro 2014, p. 140]

A mobilidade permite o entrecruzamento do físico com o virtual, formando um outro território, híbrido e volátil, sem fronteiras, em um contexto de intenso imbricamento. André Lemos (2009) conceitua três dimensões da mobilidade: a física, a informacional-virtual e a do pensamento. A física envolve o deslocamento das pessoas, dos objetos, da matéria, nos espaços concretos de vida e existência, de modo que “nos deslocamentos pelo espaço, caminhando ou sendo levados por meios de transportes, carregamos objetos pessoais, entre eles os dispositivos que nos possibilitam a



comunicação e interação”. [Cordeiro 2014, p.140] Assim, portando os dispositivos móveis, ao nos deslocarmos fisicamente nos tempos e espaços não só os corpos se movimentam, mas a própria informação também, alterando significativamente nossa relação com a comunicação, com as tecnologias e com a vida em si [Cordeiro 2014, p.140]. Logo, a dimensão informacional se cruza com a física, pois há o mover da informação, que em tempos de tecnologias digitais estão cada vez mais fluídas e escorregadias, de maneira tal que cada dia torna-se impossível segurá-las ou detê-las, pois estas se atualizam em frações de segundo.

A mobilidade física e da informação também ocorriam, com as mídias de massa, quando os sujeitos podiam, por exemplo, ler um jornal enquanto se deslocavam em um transporte público para o seu trabalho, contudo, as tecnologias digitais, ao pôr em cena o entrecruzamento do físico com o informacional, coloca diante de nós a possibilidade não apenas do consumo em mobilidade, mas da produção, comunicação e compartilhamento instantâneo da informação. [Lemos 2009; Cordeiro 2014] Articulada com essas duas dimensões ocorre também a mobilidade do pensamento, a qual tem a ver com o nomadismo das ideias, dos conhecimentos e sua ressignificação pelos sujeitos, a capacidade de estar em um determinado espaço físico, mas vagar mentalmente por universos paralelos, existentes ou não. Tanto a mobilidade física, quanto a informacional, potencializam a dimensão do pensamento e todas as três dimensões se potencializam mutuamente frente o avanço das tecnologias. A mobilidade do pensamento sempre existiu, mas na contemporaneidade esta se complexifica e a qualquer momento e lugar podemos acioná-lo, reorganizá-lo, questioná-lo e refletir em rede. Hoje, em um contexto de mobilidade temos nossas “cabeças nas mãos” [Serres 2013, p.36]; nossa imaginação, cognição, capacidade de memória e armazenamento de informações estão conosco em todo o tempo e lugar, mas estas estão dispostas não apenas nos nossos cérebros, e sim exteriorizadas em nossos dispositivos, dialogando com uma infinidade de coisas, objetos e pessoas, ampliando nossas percepções, informações; assim, nos relacionamos constantemente com “nossas cabeças” através da interface dos dispositivos.

[...] Nossa inteligência saiu da cabeça ossuda e neural. Entre nossas mãos, a caixa computador contém e põe de fato em funcionamento o que antigamente chamávamos nossa “faculdades”: uma memória mil vezes mais poderosa do que a nossa; uma imaginação equipada com milhões de ícones; um raciocínio, também, já que programas podem resolver cem problemas que não resolveríamos sozinhos. Nossa cabeça foi lançada à nossa frente, nessa caixa cognitiva objetificada. [Serres 2013, p.36]

Essas três dimensões não são essencialmente urbanas ou provindas intrinsecamente das cidades, mas emergem e se potencializam em decorrência do acesso às tecnologias móveis e da conexão em rede. Portanto, povos situados em qualquer localidade, sejam centros ou periferias, países avançados ou não, podem usufruir plenamente dessas dimensões, produzir e compartilhar conhecimentos desde que tenham acesso a algum aparato tecnológico que propicie a mobilidade. No entanto, esta não será apropriada do mesmo modo em todos os cenários, visto que as diferentes culturas e povos vão fazer processos de contextualização e recontextualização próprios, o que permite ao mesmo tempo criar e recriar culturas, reconfigurando assim seus sistemas simbólicos e o local onde se situam. Com base nisso, podemos conferir à mobilidade um caráter histórico, social e cultural. Historicamente, é fato que as



populações das cidades gozam de um privilégio maior de estarem mais conectados às redes; isto, no entanto, não nega a penetração cada vez mais crescente dos dispositivos móveis e do acesso à internet nas zonas rurais, o que tem possibilitado que os moradores dessas regiões se insiram no ciberespaço e conectem o ciber e o físico. Da mesma forma que a conexão em rede e os aparatos móveis podem provocar reconfigurações locais nas cidades, como, por exemplo, uma consulta ao GPS nos permite traçar outros caminhos em que o trânsito esteja com mais fluidez e com isso “ganharmos tempo”, no caso das zonas rurais este fenômeno também pode ocorrer, um agricultor pode fazer uso do seu celular para ver o clima da região e como este pode interferir em sua plantação, pode ainda consultar em tempo real a variação do mercado em relação aos preços dos seus produtos, vendo se haverá queda ou aumento de preços, o que lhe permite criar alternativas e pensar em possíveis soluções ou adequações. Além disso, os camponeses podem compartilhar e produzir conhecimentos em rede acessando as culturas diversas e compartilhando a sua própria com o mundo. As tecnologias possibilitam ainda o ativismo social e político, pois abrem um amplo espaço de comunicação e articulação onde os movimentos locais, regionais e mundiais, podem se articular e reivindicar seus direitos.

No âmbito educacional, a produção de conhecimentos pode atingir uma escala global, uma vez que as atividades realizadas pelos alunos e professores não precisam ficar restritas apenas aos muros escolares, e sim podem estar nas redes, através da criação de blogs, vídeos, imagens, fóruns, comunidades virtuais e outros. E essas produções podem ser feitas apenas com o uso de celulares e smartphones, os quais permitem gravar áudios, vídeos, imagens e criar inúmeros outros tipos de conteúdos em tempo real. Tudo isso instaura a perspectiva de valorização do local, sem, no entanto, isolá-lo do mundo, pois em um contexto de tecnologias móveis o local e o global dialogam, trocam e convergem. Permite ainda mostrar ao mundo o que configura a paisagem rural contemporânea, na qual confluem atividades de comércio, turismo, serviços e de agricultura, fugindo da visão do rural como vinculado apenas as atividades agrícolas. Assim, a mobilidade física e informacional entre o rural e urbano também se intensifica, pois há um maior deslocamento de informações, coisas e pessoas portando seus dispositivos entre os espaços urbanos e rurais. Vemos nesses exemplos o cruzamento do físico, informacional e da mobilidade do pensamento em contextos diferentes (urbano-rural).

No Brasil, algumas políticas públicas manifestas em programa, ações e projetos têm atuado no sentido de oferecer conexão às populações do campo, um movimento embrionário mas que vem aumentando gradativamente o acesso dessas populações às tecnologias digitais. E o acesso é condição principal para que os sujeitos possam adentrar no contexto da mobilidade e isso independe de sua localização geográfica.

## **5. Considerações finais**

Discutimos neste artigo a questão da mobilidade no cenário rural, ampliando e transpondo esse conceito para além das demarcações urbanas que apenas enfatizam e reduzem a mobilidade como algo intrínseco unicamente às cidades. Argumentamos que a mobilidade pode acontecer independente do tempo e do espaço no qual os sujeitos estejam, desde que estes tenham em mãos os dispositivos e acesso à internet.

Através de políticas como o GESAC, o PNBL e o leilão para o 4G ocorrido em 2012 para a oferta de conexão na região rural, pode-se notar um movimento de oferecimento de conexão no país. São políticas importantes, mas ainda insuficientes, se confrontadas com a extensão territorial do país e a quantidade de pessoas para as quais





ainda é negado o acesso às tecnologias. Não obstante, a conexão e os dispositivos móveis estão chegando às populações rurais, o que traz novas possibilidades para o uso da mobilidade no contexto rural. Além disso, na conjuntura que se descortina na contemporaneidade, não se concebe mais separações dicotômicas entre rural e o urbano, entre local e global, essas instâncias, embora distintas, são dialógicas e confluem em um processo de troca intenso. Neste sentido, com as tecnologias, aumentam e se potencializam a mobilidade do pensamento, a física das pessoas, objetos e da informação entre campo e cidade e a mobilidade passa a ocorrer nas cidades, mas também nas regiões rurais, em municípios por vezes completamente distantes e isolados, mas que ao estarem em rede estão inseridos na dinâmica móvel. Assim como no cenário urbano podemos nos mover fisicamente produzindo informações nos metrô e ônibus das grandes metrópoles, é possível fazê-lo nas áreas mais remotas, mesmo locomovendo-se fisicamente em uma carroça ou sob os lombos de um animal, pois em ambos os contextos é possível produzir informações e nos comunicarmos colocando em entrecruzamento as três dimensões da mobilidade. Ou seja, a mobilidade informacional, física e do pensamento [Lemos 2009], interligadas, podem ocorrer independente do espaço no qual os sujeitos se situem.

## Referências

- Amaral, B. (2016). 3G tem maior queda do ano em junho. In: Teletime. Disponível em: <<https://teletela.com.br/teletime/17/08/2016/3g-tem-maior-queda-do-ano-em-junho/?noticiario=TT>>. Acesso em: 24 de Out.de2017
- Anatel. Licitação-banda larga urbana e rural. (2012). Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalNivelDois.docodItemCanal=1774&no meVis>> Acesso em: 29 de Out. de 2017.
- Arroyo, M. (2012). Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis, RJ:Vozes.
- Brasil Governo do Brasil. (2012). Venda de faixa de frequência para tecnologia 4G em leilão deverá arrecadar R\$ 3,8 bilhões. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2012/04/venda-de-faixa-de-frequencia-para-tecnologia-4g-em-leilao-devera-arrecadar-r-3-8-bilhoes>> Acesso em: 29 de Out.de2017.
- Brasil. (2010a). Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Brasília. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file>> Acesso em: 15 Set. de 2017.
- Brasil. (2010b). Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital. Programa Nacional de Banda Larga. Brasil Conectado, Brasília. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/brasilconectado/forum-brasil-conectado/documentos/3o-fbc/documento-base-do-programa-nacional-de-banda-larga>>. Acesso em: 22 de Out. de 2017.
- Brasil. (2014). Ministério das Comunicações. Programa Nacional de Banda Larga: principais ações e resultados. Brasília.
- Brasil. (2012). Governo do Brasil. Anatel conclui leilão de 4G para a copa. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2012/06/anatel-conclui-leilao-de-tecnologia-4g-para-copa>> Acesso em: 27 de Set. 2017



- Bonilla, M. H.; Oliveira, M. S.; Ferreira, R. C. (2015) Políticas públicas para banda larga no “governo Dilma”: potencialidades para conexão das Escolas do Campo – Parte II: relatório final. Salvador: GEC/UFBA.
- Comitê Gestor da Internet no Brasil. (2015). TIC Domicilio. Disponível em: <[http://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC\\_Dom\\_2015\\_LIVRO\\_ELETRONICO.pdf](http://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_Dom_2015_LIVRO_ELETRONICO.pdf)> São Paulo : CGI.BR, 2015. Acesso em: 26 de Set. 2017.
- Cordeiro, S. F. N. (2014). Tecnologias Digitais Móveis e o cotidiano escolar: espaços/tempos de aprender. 317f. Tese (Doutorado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Fernandes, B. M. (1999). Por uma Educação do Campo. In: Arroyo, M. G.; Fernandes, B. M. A educação básica e o movimento social do campo. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, (Coleção Por Uma Educação do Campo, v.2). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/edbasicapopular.pdf>> Acesso em: 11 de Ag. de 2017.
- Lemos, A. (2009). Cultura da mobilidade. In: Revista FAMECOS. Porto Alegre. Nº40, Dez. p.28-35.
- Regis, G.S. (2016). As potencialidades das TIC para a Pedagogia da Alternância na Educação do Campo. Salvador. Disponível em: <[https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19278/3/GiseleRegis\\_\\_Vers%C3%A3o\\_\\_final2016.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19278/3/GiseleRegis__Vers%C3%A3o__final2016.pdf)> Acesso em: 17 de Nov. de 2017.
- Santos, M. (2006). Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record.
- Serres, M. (2013). Polegarzinha. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Silva, J. F. G.; Grossi, M. D.; Campanhola, C. (2002). O que há de realmente novo no rural brasileiro. In: Cadernos de Ciência e Tecnologia. Brasília: Embrapa, v. 19; n.1 pp. 37-67. Jan-Abr.
- Tardin, J. M. (2012). Cultura Camponesa. In: Dicionário de Educação do Campo. Org: Caldart, et al. p.180-187. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/patobranco/estrutura-universitaria/diretorias/dirppg/pos-graduacao/mestrados/ppgdr2/arquivos/dicionariodeEducacaodoCampo.pdf>> Acesso em: 17 de Ag. de 2017.
- Teleco. (2017). Qualidade Serviço de Comunicação Multimídia- Reclamações. Disponível em: <[http://www.teleco.com.br/3g\\_qualidade.asp](http://www.teleco.com.br/3g_qualidade.asp)> Acesso em: 20 de Out. de 2017.